

CONSTRUINDO PONTES SOBRE OBSTÁCULOS: MULTILINGUISMO E A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO DA CIÊNCIA

Eliseu Mabasso*

Resumo

Os obstáculos que a língua portuguesa enfrenta para a disseminação da produção científica à escala planetária, principalmente a partir dos países do chamado círculo interior, na sua vertente lusófona, constituem uma realidade incontornável. No caso de Moçambique, onde se fala uma variedade não nativa, o chamado português moçambicano vai se desenvolvendo e consolidando o seu espaço num contexto em que coabita com línguas moçambicanas de origem bantu, por um lado, e com a língua inglesa, por outro lado. O presente capítulo procura trazer à luz do dia os labirintos pelos quais percorre o Português, na procura da sua afirmação e consolidação enquanto língua de comunicação da ciência, particularmente num contexto global e regional claramente dominado pela língua inglesa. Num mundo cada vez mais globalizado, em que a necessidade do uso das tecnologias de informação e comunicação na disseminação da ciência não deixa margem para dúvidas, certamente que a criação de uma plataforma virtual de partilha de conteúdos científicos poderá acrescentar valor na massificação da produção científica através da língua portuguesa.

Palavras-chave: língua portuguesa; multilinguismo; língua da comunicação; comunicação da ciência

* Eliseu Mabasso, doutorado (PhD) [UEM, Moçambique, 2010] e mestre em Letras (Mlitt) [The University of Sydney, Austrália, 2002] é linguista aplicado e trabalha na docência há cerca de vinte anos, com experiência de lecionação desde o ensino técnico médio na Escola de Jornalismo, instituição responsável pela formação de gerações de comunicadores, lecionando a língua francesa e, mais tarde, a língua inglesa [1997--]. A sua carreira docente a nível superior começa na UEM [2003--] onde é Professor Auxiliar e investigador na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), trabalhando nas disciplinas de Fundamentos de Linguística Aplicada e de Linguagem e Direito. Nesta Universidade, leciona, igualmente, nos níveis de Mestrado e Doutoramento. É também docente de Linguística Forense na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) e de Metodologia de Pesquisa Científica na Universidade Politécnica (A Politécnica) [2004--]. Tem interesse particular no domínio da linguística forense (interação entre a linguagem o Direito e o crime) e em questões de comunicação translinguística e transcultural. Artigo desenvolvido no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.
E-mail: eliseumabasso@gmail.com

Introdução

Em países multilingues como Moçambique, a comunicação científica, sendo um conjunto de atividades que parte desde a produção e até a disseminação de todo o trabalho sistematizado de acordo com princípios rigorosamente estabelecidos, não pode se materializar sem que tal seja veiculado através de uma língua suficientemente desenvolvida e preparada para o feito. Como se sabe, para que uma língua seja considerada desenvolvida, existe uma série de índices a serem respondidos, dentre os quais o nível de produção e publicação científica de obras originais na língua em causa. Porém, no contexto da África subsaariana é comum levantar-se o debate sobre que língua deve ser escolhida, tendo como principal motivação reivindicações sobre o nacionalismo, por um lado, e sobre o nacionalismo, por outro lado (Bamgbose, 1991). As reivindicações sobre o nacionalismo defendem a escolha de uma língua africana para assumir funções comunicacionais e da gestão dos assuntos administrativos do respetivo Estado-nação. Por sua vez, as reivindicações nacionalistas são favoráveis à escolha de uma língua capaz de impulsionar o país para a rota do desenvolvimento, independentemente de esta ser africana ou de comunicação mais ampla. Ora, para o caso dos países da África Subsaariana, a história aponta para uma tendência de os mesmos optarem pela escolha da língua da antiga potência colonizadora, e Moçambique não foge à regra.

O Português em Moçambique é, até ao presente momento, a única língua utilizada para fins oficiais e para a comunicação do país com o mundo exterior. O mesmo pode se dizer em relação à educação em que, embora o programa de ensino bilingue esteja em fase de introdução e de forma temida, coabita com algumas línguas moçambicanas de origem bantu. Ora, a necessidade de comunicar conteúdos de natureza científica num contexto multilingue como o moçambicano, coloca o desafio de se definirem políticas científicas adequadas e que propiciem a sua divulgação pelo mundo fora. Num ambiente em que a produção científica nacional se encontra numa fase bastante embrionária, a materialização dos preceitos estabelecidos no Compromisso do Minho (2006) é um imperativo cada vez maior.

Espaço para uma língua nacional em Moçambique?

Moçambique é um país multicultural e com uma elevada diversidade linguística média, se adotarmos a classificação estabelecida por Robinson (1993, pp. 52-53). De acordo com este autor, a elevada diversidade linguística observa-se numa situação em que “uma percentagem não superior a 50% da população fala a mesma língua”. Esta situação pressupõe que o grau de diversidade linguística é calculado não a partir do número total de línguas faladas num determinado país mas sim em termos da percentagem da população que fala a língua tomada singularmente (Robinson, 1993). Assim, de todas as línguas bantu faladas no país (cerca de 20) o Emakhwa (26.1%) e o Changana (10.5%) representam duas das línguas com o maior número de falantes¹. Ao ter em conta estas percentagens, estamos perante uma situação em que nenhuma das línguas moçambicanas se aproxima da fasquia dos 50%, percentagem fixada como referência por Robinson. O Emakhwa, língua que apresenta a maior percentagem de falantes, coloca Moçambique numa posição bem abaixo do meio da tabela, e daí que se considere que o país possui elevada diversidade linguística média. Isto coloca o país no conjunto dos 25 países que têm a maior diversidade linguística no continente africano.

Todavia, o facto de um determinado país não possuir uma língua maioritária não constitui, para alguns linguistas, problema em si, uma vez que evita a existência de focos de clivagem por parte de grupos minoritários, decorrentes da promoção de uma determinada língua em detrimento de outras. Por outro lado, a inexistência de uma língua nacional veicular vai permitir que os especialistas possam levar a cabo o trabalho de terreno de forma adequada para fazer a melhor escolha possível (Bangbose, 1991). No contexto moçambicano, a hegemonia do português em relação às outras línguas faladas por moçambicanos data do período colonial, onde um conjunto de fatores visando a implantação e sedimentação do poder da potência dominadora contribuíram para que esta situação prevalecesse por longos anos. Ora, no período pós-colonial, a situação pouco ou em nada se alterou. A necessidade de se impôr alguma ordem social, por parte do novo regime do país independente, ditou que a definição de uma política de língua e, por extensão, de comunicação, respondesse à preocupação imediata dos detentores do poder. Vou apoiar-me aqui nalgumas linhas há pouco tempo trazidas pelo académico

1 Ver INE (2010), www.ine.gov.mz, citado em Ngunga e Bavo (2012). Estas cifras terão, obviamente, sofrido um considerável aumento, por conta do último censo populacional e habitacional realizado em 2017, cujos resultados finais estão ainda por publicar.

Moisés de Lemos Martins, quando, numa palestra recentemente proferida em Maputo, comentava sobre a relação entre “lusofonia e contexto pós-colonial”. Segundo este autor, “as políticas da língua e da comunicação, mesmo na ciência, são discursos sobre a realidade social. São o combate por uma ordenação social do mundo”². Considera, ainda, que as políticas da língua e da comunicação são definições com o objectivo de alcançar algum impacto social. Ou poderíamos analisar o fenómeno a partir de uma outra perspectiva, a da planificação linguística, como defende Lopes (2014, p. 2) quando afirma o seguinte:

a planificação linguística, outrora conhecida por ‘engenharia linguística’, consiste num conjunto de actividades que visam conceber mudanças linguísticas numa determinada comunidade, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação.

Nas duas contribuições está patente a ideia da manutenção da ordem social, tendo como ponto de convergência a comunicação na sociedade como prioritária. Um aspecto interessante é que, tanto numa como na outra visão sobre o fenómeno, está subjacente a ideia de alguma “imposição” de ordem por parte dos que detêm o poder de decisão.

Piscadela de olho ao português no contexto da região austral de África

A sobrevivência da língua portuguesa no contexto específico da África Austral passa necessariamente pela relação que esta poderá estabelecer com as outras duas línguas oficiais, por um lado e, certamente, no papel que esta poderá desempenhar na promoção de uma comunidade plurilingue, onde o papel das línguas bantu será inevitavelmente indispensável. A hegemonia de que a língua inglesa goza no panorama global, em geral, e no contexto regional, em particular, deixa pouca margem para dúvidas. Para isto se deve o facto de, indubitavelmente, o Inglês ser a língua de comunicação (Bamgbose, 1991; Lopes, 1997) que serve de língua franca na articulação entre nações do mundo que, em geral, não partilham da mesma língua oficial.

2 Palestra proferida na Universidade A Politécnica, em Maputo (Martins, 2017a).

Moçambique, em particular, dado o facto de estar isolado em termos de localização geográfica, enfrenta o grande desafio, desde *a priori*, de se ajustar a uma situação imposta pela história. A distância geográfica que separa Moçambique de Angola, um país irmão com que partilha do mesmo passado histórico e da mesma língua oficial, torna-se ainda maior quando, na tentativa de se chegar àquela nação localizada do outro lado do Atlântico, tenha que se passar por alguns países cuja língua oficial é o Inglês. Este cenário faz com que a coabitação entre a língua portuguesa e inglesa no contexto moçambicano seja uma realidade imposta pela conjuntura da sobrevivência, não necessariamente numa perspetiva mútua entre Moçambique e os outros países da região, mas, sobretudo, da necessidade dos moçambicanos se fazerem compreender, na sua interação com os demais interesses, com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Mabasso, 2012; Lopes, 2012).

Do ponto de vista da partilha de conteúdos científicos em português ao nível regional, o cenário parece indicar para valores insignificantes pelas razões acima indicadas. A este nível, o intercâmbio com a República de Angola ainda não parece ser suficiente ao estabelecimento de relações bilaterais ao nível da comunicação de conteúdos científicos.

Comunicando para as massas e para a ciência na diversidade

Desde o período anterior à conquista da independência nacional foi sempre notório o esforço empreendido por serviços de informação pública tais como a Rádio Moçambique (RM), através da definição de políticas claras que apontam para a valorização das línguas moçambicanas. Mesmo depois da independência, grande parte dos moçambicanos que não domina a língua oficial sempre gozou do direito à informação, através dos demais emissores provinciais espalhados ao longo do país, em que a língua local é o veículo de transmissão da mensagem. A iniciativa do serviço público de rádio (RM) em criar uma Direção de Emissão em Línguas Nacionais na RM demonstra a preocupação que esta estação de serviço público tem relativamente à integração de todos os moçambicanos nos processos de desenvolvimento, independentemente do seu domínio ou não da língua oficial.

Sobre o contexto acima, importa recordar que há alguns anos atrás (Mabasso, 2015) levantei o problema criado pela política de língua baseada no uso quase

exclusivo do português, adotada pelos principais canais de televisão de maior abrangência no país, com maior destaque para a televisão pública, a Televisão de Moçambique (TVM). No referido estudo, foi discutido o problema que põe em causa o direito dos cidadãos de informarem e terem acesso à informação na língua que melhor dominam, um preceito previsto na Constituição da República (2004), no seu artigo 48, conjugado com os números 2 e 3 do artigo 3º da Lei 18/91, a Lei de Imprensa. Todavia, volvidos alguns anos, pode-se dizer, com alguma satisfação, que a discussão crítica sobre este fenómeno terá, certamente, persuadido os detentores do poder político a tomarem algumas decisões que permitissem a alteração do *status quo*. Hoje, a TVM, através das chamadas delegações provinciais, já transmite programas de relevo como serviços noticiosos nalgumas línguas locais. A meu ver, mais do que procurar qualquer protagonismo académico, o mais importante é o facto de as línguas moçambicanas, lado-a-lado com o português, poderem contribuir na construção do Estado-nação e permitir uma maior participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento do país.

Numa dimensão mais endógena, a possibilidade de partilha de informação de natureza diversa tanto na língua portuguesa como nas línguas moçambicanas, não somente abre espaço para uma melhor convivência entre os códigos em si, como também poderá contribuir para elevar o nível de desenvolvimento das línguas de origem bantu, através dessa coabitação com o português. Um outro aspeto que importa referir sobre o papel das línguas bantu em Moçambique tem a ver com a necessidade de se fazer uso destas na vida política. A este propósito Lopes (1997) defende o seguinte:

sinto que a utilização exclusiva do Português no Parlamento constitui para alguns parlamentares um impedimento real para a comunicação e participação nos debates (...). Estou a pensar num programa mensal sobre o parlamento, que poderia ser conduzido em línguas bantu e com legendas em Português. (Lopes, 1997, p. 25)

Na verdade, são visíveis as barreiras criadas pelo uso do Português como única língua no domínio político em Moçambique para uma parte considerável dos principais atores, nomeadamente Deputados e Membros das Assembleias Municipais e Provinciais. A este grupo mais restrito acrescenta-se a grande maioria da população moçambicana que se vê privada de dar um contributo político que, certamente, ajudaria no desenvolvimento do país. O uso oficial

das línguas moçambicanas é visivelmente indispensável se o país pretender alcançar níveis aceitáveis de desenvolvimento democrático. Veja-se que o tipo de participação massiva que o Swahili proporciona aos tanzanianos difere, em larga medida, da situação atual que caracteriza Moçambique e a maior parte dos países da África a sul do Sahara (cf. Bamgbose, 1991). O desenvolvimento efetivo de qualquer país só é possível com o engajamento e participação integral e consciente de todos os segmentos populacionais e tal somente poderá tornar-se possível com o uso de uma língua ou línguas que estabelecem uma ponte entre as massas e as elites, a chamada 'integração vertical'. Contudo, o papel preponderante jogado pelo português como língua franca em contextos multilingues como o moçambicano, não parece deixar margem para dúvidas, mesmo que se ponha em causa a sua real capacidade de estabelecer a ponte entre as elites e as massas.

Comunicando a ciência em contextos multilingues

O papel do português como língua franca em Moçambique constitui plataforma para assegurar a comunicação entre falantes das várias línguas dentro do território nacional. Com este estatuto, à língua portuguesa cabe a grande responsabilidade de se posicionar na vanguarda do processo de partilha dessa informação. É nesta lógica que, no contexto nacional, e tendo em conta o imperativo constitucional acima referido, em princípio, toda a produção científica deve ser apresentada na única língua oficial, o Português. Não obstante a ligeira melhoria em termos estatutários que se pode conferir a algumas línguas moçambicanas, através da sua introdução em programas de ensino bilingue nalgumas partes do país (Chimbutane & Stroud, 2012), o seu estágio de desenvolvimento não lhes permite, pelo menos a médio prazo, reunir as condições necessárias que lhes possam conferir capacidade para responder a tamanho desafio.

A comunicação da ciência num contexto multilingue como o de Moçambique pressupõe a existência de condições objetivas que permitam a cidadãos sem proficiência ou com proficiência insuficiente na língua oficial ter acesso a essa informação científica nas suas línguas. A realidade mostra que esse empreendimento ainda está longe de ser alcançado. Aliás, este cenário parece repetir-se em muitos países lusófonos no continente africano, o que acaba por remeter exclusivamente a responsabilidade de comunicar conteúdos científicos ao português.

Sobre a política de ciência e tecnologia

Sendo Moçambique um país em desenvolvimento e que, à semelhança de muitas nações em situação similar, anseia entrar rapidamente na corrida ao desenvolvimento, através de medidas concretas visando impulsionar a produção e partilha dessa produção científica, o governo decidiu criar a Política de Ciência e Tecnologia, através da Resolução n.º 23/2003 de 22 de Julho. Este instrumento legal surge da necessidade de se estabelecer princípios, objetivos e orientações sobre como o conhecimento científico e tecnológico pode impulsionar o desenvolvimento da economia e da sociedade moçambicana. Importa referir que a partilha da produção científica aqui referida pode ser feita através de qualquer das línguas de comunicação mais amplas, muito embora, implicitamente, o português seja o código mais indicado por ser partilhado pela grande maioria do grupo-alvo em Moçambique. Ao que tudo indica, não parece haver registo de produção científica original de relevo em línguas moçambicanas, fora algumas iniciativas no domínio da literatura. A língua inglesa, dada a sua reconhecida hegemonia ao nível da região austral de África acima referida e o prestígio internacional como língua da globalização, reclama também pelo seu espaço, impulsionado por um número considerável de publicações feitas por autores nacionais nesta língua. Trata-se, porém, de contribuições trazidas por indivíduos que formados em países de língua oficial inglesa ou mesmo em universidades de países não necessariamente de expressão inglesa mas que adotam, na sua política interna de formação superior, o inglês como uma das línguas de trabalho.

A política de ciência e tecnologia como documento orientador de toda a filosofia à volta da produção e disseminação do conhecimento científico, abriu espaço para que Moçambique passasse a estar atento a iniciativas mundiais de acesso aberto à informação científica. Um dos pontos avançados pelo documento em apreço faz alusão à necessidade de se melhorar o acesso à informação científica e tecnológica. Tal iniciativa, segundo a Resolução n.º 23/2003 de 22 de Julho, baseia-se no pressuposto de que há necessidade de se criar mecanismos que permitam estabelecer “intercâmbio científico e tecnológico, através de um sistema de biblioteca nacional em acesso eletrónico e físico, a rede nacional de museus de ciência tecnologia”. O mesmo documento faz alusão à necessidade da criação de condições para que saberes locais sejam difundidos pelos órgãos de comunicação social.

Entende-se, então, que a função de difundir informação sobre os saberes locais pode ser desempenhada tanto pelas línguas moçambicanas como pela língua portuguesa. Contudo, é inequívoco afirmar que, embora os referidos saberes

possam, *grosso modo*, ser veiculados em qualquer das línguas faladas no território nacional, a sua internacionalização deve ser depositada na língua portuguesa pelas razões já evocadas acima.

Acesso aberto à informação científica e o papel da Universidade Eduardo Mondlane

A criação e aprovação da Política da Ciência e Tecnologia em Moçambique colocou, desde o início, o desafio de o país estar atento a iniciativas internacionais sobre o acesso aberto à informação. Estas iniciativas são uma prova da necessidade de se tornar o conhecimento científico num bem a ser partilhado por todos e de forma livre. Ao nível do mundo da lusofonia, a Declaração de Estoril, em 2004, e o compromisso do Minho, de 2006, de que Moçambique é signatário, são prova inequívoca de que o país não está a leste deste imperativo global de partilha de informação científica (Zimba, Waete & Mussagy, 2016). Aliás, nos últimos tempos, Moçambique tem-se feito representar em muitas iniciativas de promoção da disponibilização de informação científica de forma aberta e livre.

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na qualidade de maior e mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique, tem estado atenta a todas as iniciativas visando estabelecer políticas e diretrizes sobre o acesso aberto à informação científica em vários pontos do mundo. Zimba et al., num estudo recente, trazem à luz do dia dados extraídos do Registry of Open Access Repository Mandate and Policies (ROARMAP), referentes ao período até Outubro de 2016. Os dados relevantes daí retirados, num total de 786 registos de políticas e mandatos, podem resumir-se segundo a tabela abaixo:

Região	Políticas e mandatos registados
Europa	477
América	200
Ásia	50
Oceânia	40
África	19

Tabela 1 – Políticas e mandatos sobre acesso aberto à informação científica
Fonte: Zimba et al. (2016)

Um dado que importa aqui referir, segundo os autores acima indicados, é que os números referentes ao continente africano revelam, excetuando a República da África do Sul, a inexistência de dados referentes aos outros países da região, incluindo particularmente Moçambique. É justamente em resposta a este *deficit*, e em conformidade com a política de ciência e tecnologia da República de Moçambique que a UEM embarcou numa iniciativa que culminou na criação do “Repositório Saber” em 2009. O referido repositório, segundo Zimba et al. (2016), citando o Repositório Insterinstitucional Saber (RIS), tinha, até 2016, cerca de 3100 registos. Até ao presente momento, este número pode ter sofrido alguma alteração em termos do seu incremento, mas, certamente, muito insignificante. Um outro repositório que funciona no país segundo a mesma fonte, é o Repositório multinacional IAPRA – Irish African Partnership Research Archive. Um aspeto a realçar é o fato de as línguas usadas nas publicações em referência serem o Português (90%), Inglês (6%), Francês (2%) e outras línguas (2%).

Uma fonte bem posicionada junto à estrutura próxima da gestão do repositório sob administração da UEM, por sinal um dos co-autores da obra ora citada, Ranito Varela Waete, assegurou que, em termos numéricos, os dados sistemáticos atualizados apontam para 47% de utilizadores internos e 53% de utentes que procuram informação na plataforma a partir do exterior. O motivo que explica o relativo desnível em termos de utilizadores tem a ver com a barreira criada pelo fraco acesso à internet e aos recursos eletrónicos por parte dos potenciais utentes. Dados mais recentes sobre o acesso à internet nos países lusófonos apontam para uma distribuição nos seguintes moldes:

- Penetração da internet entre a população dos países lusófonos (32.8%) – População mundial (42.3%)
- África (países lusófonos) (19.9%) – Total de África (26.9%)
- Europa (Portugal) (67.6%) – Total da Europa (77.7%)
- América do Sul (Brasil) (67.5%) – Total da América do Sul (66.7%)
- Ásia (Timor Leste) (27.5%) – Total da Ásia (44.7%)

Fonte: Martins (2017b)

Não obstante os números da penetração da internet no mundo lusófono em geral apontarem para valores considerados ascendentes, Moçambique continua a fixar-se abaixo dos dois dígitos. O facto de as publicações serem, na sua maioria,

em língua portuguesa, vem obviar a necessidade de Moçambique, o mais breve possível, procurar a sua integração em plataformas de acesso livre à informação científica, através do estabelecimento de parcerias com outras instituições, uma recomendação estabelecida na política de ciência e tecnologia de Moçambique (Resolução 23/2003 de 28 de Julho). Nesse sentido, a UEM avançou com algumas iniciativas com outras instituições estrangeiras. Assim, a título de exemplo, em Maio de 2016, a maior instituição de ensino superior no país organizou, em parceria com a Universidade do Minho, a Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, um seminário de acesso aberto. De acordo com Zimba et al. (2016), este seminário tinha como um dos objetivos criar consciência no seio dos académicos moçambicanos e não só sobre a importância de a informação científica estar disponível de forma aberta.

Perspetiva para a criação de uma plataforma virtual no mundo lusófono

Há bem pouco tempo fui abordado pelo académico Moisés de Lemos Martins, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, sobre a possibilidade de juntos desenvolvermos um projeto que permitisse a partilha de informação científica e sobre saberes da realidade sociocultural e folclórica entre os nossos povos, através da criação de uma plataforma digital. Achei a ideia muito promissora, para além de que esta vai ao encontro de uma das linhas definidas pela política de informática da República de Moçambique (Resolução 28/2000). Segundo o referido documento, e fazendo referência específica à importância da cultura e das artes, o governo predispõe-se a incentivar a constituição de redes eletrónicas de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos, etc. e assume o dever de proporcionar o acesso pelos cidadãos e através de meios digitais aos acervos biblio-documentais do país e do estrangeiro. Entende-se que existe informação e produção científica nos países lusófonos, sobretudo os que se localizam no continente africano, que é completamente desconhecida nos países do chamado círculo interior (Portugal e Brasil), nos termos de (Lopes, 2013).

O projeto acima referido, com a duração de três anos, já se encontra em fase de implementação, e leva a designação “Memories, cultures and identities: how the past weights on the presente-day intercultural relations in Mozambique and

Portugal”. Uma iniciativa como esta vai, certamente, consolidar cada vez mais o espaço da língua portuguesa à escala planetária e permitirá uma maior aproximação entre os respetivos povos. O académico Moisés de Lemos Martins, um dos impulsionadores da ideia da criação de um museu virtual, numa das suas notas a propósito do assunto, define a plataforma nos seguintes moldes:

o Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma de cooperação académica, em Ciências Sociais e Humanas, vinculada, sobretudo, aos estudos culturais, à comunicação da ciência, ao ensino pós-graduado, e às artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas (...). Estende-se, também, à Galiza e à Região Autónoma de Macau. É seu desiderato cooperativo uma circum-navegação, transnacional e transcontinental, em termos científicos, pedagógicos, culturais e artísticos, que permita desenvolver literacias que promovam a cultura da diversidade e do diálogo intercultural. (Martins, 2017b, pp. 46-47)³.

A criação do museu virtual vai conferir uma maior visibilidade à produção científica dos países lusófonos em geral e, no caso particular de Moçambique, a presença do repositório SABER tornará esta plataforma mais valorizada.

Conclusão

O presente texto procurou trazer à luz do dia aspetos relacionados com a importância da língua portuguesa como língua de comunicação de massas, em geral, e da ciência, em particular, num contexto multilingue em que, para além do francês e do inglês, coabita com várias línguas africanas faladas em Moçambique. O estudo faz breve referência aos obstáculos que as línguas moçambicanas terão de ultrapassar para poderem responder aos desafios da comunicação da ciência e a necessidade que estas têm de contarem com o papel da língua franca desempenhado pelo português, dado o multilinguismo que caracteriza o país. Num mundo cada vez mais global, assume-se cada vez mais a importância de Moçambique abraçar iniciativas de parceria e intercâmbio científico com outras instituições pelo mundo fora, de forma a conferir maior visibilidade à sua produção

3 Consultar, também, Martins (2015, pp. 27-56). Ver ainda o site do Museu Virtual da Lusofonia: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

científica e, certamente, ver a sua produção científica reconhecida e acreditada. Para terminar, não seria exagero admitir que a criação de plataformas interinstitucionais de partilha de informação científica poderá, também, constituir fator de sobrevivência para a língua portuguesa, num mundo cada vez mais dominado pela hegemonia do inglês.

Referências

- BAMGBOSE, A. (1991). *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburg University Press.
- CHIMBUTANE, F. & STROUD, C. (Eds.) (2012). *Educação Bilingue em Moçambique: Reflectindo Criticamente sobre Políticas e Práticas*. Maputo: Texto Editores.
- Compromisso do Minho sobre o acesso livre à informação científica em países lusófonos (2006). Retirado de <https://www.ufrgs.br/blogdabc/compromisso-do-minho-pelo-acesso-livre>
- Constituição da República de Moçambique, de 22 de Dezembro de 2004, República de Moçambique. Retirado de <http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica>
- Decreto n.º 23/2003, de 30 de Julho, República de Moçambique.
- Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto (Lei de Imprensa). República de Moçambique. Retirado de www.portaldogoverno.gov.mz.
- LOPES, A. J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (2012, Julho). Criando a região inteligente: o caso do Português na Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). Comunicação apresentada ao colóquio internacional sobre “O Português nas Organizações Internacionais”, Luanda.
- LOPES, A. J. (2013). *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Luanda: Editora das Letras.
- MABASSO, E. (2012, Março). A língua portuguesa em contextos multilingues: desafios colocados pela integração regional na SADC. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional “Idiomas como Vectores da Integração Regional na SADC”, Gaborone.
- MABASSO, E. (2015). Televisão, política linguística e direito à informação: Desafios para o ensino da comunicação em Moçambique. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 279-93). Braga: Universidade do Minho, CECS.

- MARTINS, M. L. (2017a, Junho) Investigação, conhecimento e produção cultural no espaço lusófono. Comunicação apresentada no Congresso Internacional “Cultura e Turismo: desenvolvimento nacional, promoção da paz e aproximação entre nações”, Maputo.
- MARTINS, M. L. (2017b). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.) *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. O Caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Famalicão: Húmus.
- Ministério da Ciência e Tecnologia (2006). *Estratégia de ciência, tecnologia e inovação de Moçambique*. Maputo: MCT.
- Resolução n.º 28/2000, de 12 de Dezembro, República de Moçambique.
- ROBINSON, C. D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10, 52-70.
- ZIMBA, H. F, Waete, R. Z. & Mussagy, A. (2016). Acesso aberto à informação científica: diretrizes, políticas e modelos de repositórios científicos para Moçambique. *Cadernos BAD*, 2, 187-201. Retirado de <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1597>